



**SER A 'TIA QUE FAZ PESQUISA COM A GENTE':  
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE SER UMA ANTROPÓLOGA ADULTA FAZENDO  
PESQUISA COM E SOBRE CRIANÇAS EM UM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

***Being the 'aunt who does research with us':  
Experience report on being an adult anthropologist doing research with  
and about children in an institutional context***

Roberta do Nascimento Mello  
Mestranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da  
Universidade Federal da Paraíba  
E-mail: [roberta.mello.21jan@gmail.com](mailto:roberta.mello.21jan@gmail.com)

**Áltera**, João Pessoa, v.2, n.13, p. 125-143, jul./dez. 2021

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

Este artigo tem por objetivo levantar reflexões e discussões sobre os desafios metodológicos de uma pesquisa de cunho etnográfico com e sobre crianças institucionalizadas em uma Unidade de Acolhimento na Grande João Pessoa, no estado da Paraíba. As reflexões apontadas neste texto são resultantes de uma pesquisa que se encontra em andamento. Para melhor situar o leitor nas considerações trazidas, os dados serão descritos a partir do relato de experiência e vivência da antropóloga em campo. A referida pesquisa está sendo desenvolvida com crianças com idades de 3 a 12 anos e também com três adolescentes de 13 a 16 anos, sendo sete meninas e seis meninos. As ponderações resultantes envolvem diversos aspectos da pesquisa: o corpo da antropóloga, o ser a tia que faz pesquisa, os instrumentos metodológicos e o esforço da antropóloga adulta em romper a imagem que as crianças possuem do adulto como vigilante e aquele que proíbe.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Metodologia. Crianças. Instituição. Acolhimento institucional.

**ABSTRACT:**

This article aims to raise reflections and discussions on the methodological challenges of an ethnographic research with and about institutionalized children in a Shelter Unit in Greater João Pessoa in the state of Paraíba. The reflections pointed out in this text are the result of an ongoing research and to better situate the reader in the considerations brought up, the data will be described based on the experience report of the anthropologist in the field. This research is being developed with children aged between 03 and 12 years and also with three adolescents aged between 13 and 16 years, seven girls and six boys. The resulting considerations involve several aspects of the aforementioned research: the anthropologist's body, being the aunt who does research, the methodological tools and the adult anthropologist's effort to break the image that children have of the adult as vigilant and the one who prohibits.

**KEYWORDS:**

Methodology. Children. Institution. Institutional host.



## INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo levantar reflexões acerca dos desafios metodológicos que uma pesquisa com e sobre crianças pode apresentar em sua execução em um contexto institucional marcado por hierarquias de poder. Ilustrarei essas reflexões a partir da minha vivência atual e do relato de experiência de uma pesquisa com treze crianças e adolescentes de 3 a 16 anos, sendo sete meninas e seis meninos, acolhidos institucionalmente em uma Unidade de Acolhimento na Grande João Pessoa, no estado da Paraíba. Foi imprescindível a inclusão das/os adolescentes na amostra, visto que eles são parte constituinte do universo pesquisado, sendo, junto com as crianças, interlocutores essenciais para a compreensão do tecido social da instituição de acolhimento.

O campo de políticas de proteção à criança e ao adolescente no Brasil percorreu diversos caminhos até chegar ao que é nos dias atuais. No Código do Menor, primeira legislação específica para crianças e adolescentes no Brasil, promulgada em 1927, a institucionalização de crianças e adolescentes atendia a outros propósitos. Tratava-se quase de uma política higienista de retirada de menores de dezoito anos enquadrados como em situação irregular das ruas (PEIXOTO, 2011), assim como também da institucionalização por motivo de pobreza das famílias, quando estas não podiam sustentar suas proles.

Por conta disso, Cruz (2006 *apud* PEIXOTO, 2011) vai caracterizar o discurso da época como oscilante, ora preocupado em defender a criança, ora defendendo a sociedade contra essa criança, o que significava pensar, de um lado, a infância pobre, abandonada e, de outro lado, a infância que apresentava perigo para a sociedade. Em suma, o ato de institucionalizar crianças estava sempre atrelado às ideias de “infância perigosa” e “infância em perigo” (DONZELOT, 1986, p. 70).

Com a promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989) em escala mundial e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) em escala nacional, a política de proteção a esses sujeitos sofreu uma virada: a criança e o adolescente passaram a ser sujeitos de direitos. Um exemplo dessa virada pode ser visto nos casos de institucionalização de crianças e adolescentes: o que antes era feito de modo a proteger a sociedade do



“menor perigoso”, agora passava a ser feito para proteger a criança da sociedade, mais precisamente das violências e violações por parte da família (SNIZEK, 2008).

Atualmente, o acolhimento institucional é uma medida protetiva de alta complexidade, utilizada apenas como último recurso, visto que há a prioridade em evitar que crianças e adolescentes sejam privados da convivência familiar e comunitária, como prevê o art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Ou seja, o caso da criança ou do adolescente em que essa medida é aplicada sofreu algum tipo de violência ou negligência que o levou ao estado de risco social e pessoal, tendo causado assim o afastamento da criança de sua família de origem.

De acordo com o inciso 2 do Art. 19 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a permanência de crianças e adolescentes inseridos em programas de acolhimento institucional não pode se prolongar além do prazo de dezoito meses. A cada seis meses, a situação do sujeito acolhido é atualizada por meio de relatório de uma equipe interprofissional, de maneira que a justiça tenha informações sobre essas crianças e adolescentes e possa assim decidir de forma fundamentada a reintegração ou não desse sujeito ao convívio de sua família de origem. Sendo assim, com bases nessas decisões fundamentadas, pode haver casos em que esse prazo de dezoito meses seja dilatado, e a criança (ou o adolescente) continue inserida nesses programas de acolhimento mesmo depois do término do prazo estabelecido na lei (BRASIL, 1990).

Esse retorno à família de origem é algo que não acontece com todas as crianças acolhidas no Brasil. Assim, nesses casos, o que deveria ser provisório acaba sendo permanente, e muitas crianças só são desinstitucionalizadas ao alcançar a maioridade, aos 18 anos. O trabalho realizado por Claudia Fonseca, Débora Allebrandt e Martina Ahlert (2009) mostra bem como a situação da permanência em unidades de acolhimentos acaba sendo uma realidade bem presente. As autoras evidenciam em sua pesquisa a análise de políticas para os “egressos” do sistema de abrigo, ou seja, jovens que atingiram a maioridade e tiveram sua saída compulsória de algum serviço de acolhimento.

Além da legislação do ECA, há outras diretrizes que determinam como os serviços de acolhimento devem atender às crianças e aos adolescentes. Uma dessas diretrizes toca no cerne da questão da separação do grupo de irmãos, deixando claro



que a prioridade é preservar os vínculos familiares. Por conta disso, no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC/2006), destaca-se que os serviços de acolhimento institucional devem atender a ambos os sexos e às diferentes faixas etárias (VALENTE, 2013), de forma a preservar vínculos consanguíneos entre grupo de irmãos.

Apesar da existência das mais diversas legislações que saem em defesa e proteção das crianças e adolescentes que se encontram nessa situação, não podemos negar que a vivência dessas crianças acaba se mostrando “anormal”, por serem criadas, cuidadas e tuteladas pela figura do Estado, e por não estarem em convívio estreito com a sua comunidade e com a sua família.

Seguindo essa linha de pensar as mais diversas expressões de infâncias que crianças vivenciam e em que se situam, este trabalho se enquadra na chamada onda dos novos estudos sociais das infâncias e se localiza em um esforço de descolonizar as pesquisas com crianças. Evita-se então a categoria de infância universal, pois, por muitas vezes, como tão bem chamam atenção Fonseca e Cardarello (1999), carrega uma grande preocupação pelo valor global “criança”, porém não carrega relações corretas com a realidade dessas infâncias.

Essa ideia de “infância universal” acaba invisibilizando ainda mais as crianças que não se encaixam nesse modelo ideal de infância, como por exemplo as crianças de rua, as migrantes, as provenientes de comunidade rural e as institucionalizadas. Essas crianças podem até ser incluídas em um grupo de “não crianças” (MARCHI; SARMENTO, 2017) definido enquanto “práticas e concepções de crianças que se afastam da normatividade definida pelas classes e grupos sociais dominantes” (idem, ibidem, p. 957). Porém, indo contra a essa ideia homogeneizante de infância, temos a reflexão trazida pelas autoras Abramovicz e Rodrigues (2014), que colocam as crianças na qualidade de resistentes e interrogadoras dessa noção de infância enquanto um dispositivo de poder, ao pensar configurações de crianças e de infâncias a partir das suas diversas vivências.

No tópico a seguir, dedico-me a expor, de forma muito breve, algumas considerações acerca dos chamados novos estudos sociais da infância, para uma melhor compreensão do leitor sobre esse campo de debates no qual esta pesquisa se insere.



## OS NOVOS ESTUDOS SOCIAIS DA INFÂNCIA: UMA EMPREITADA EM BUSCA DA DESCOLONIZAÇÃO DAS PESQUISAS SOBRE E COM CRIANÇAS

Os novos estudos sociais das infâncias são bastante caracterizados na contemporaneidade por um viés interdisciplinar que envolve principalmente as ciências humanas e sociais (COUTINHO, 2016). A partir dos diversos esforços teóricos de áreas como educação, pedagogia, psicologia, sociologia, antropologia e áreas afins, as crianças têm virado figuras centrais em pesquisas que buscam perceber como esses sujeitos veem o mundo a partir das suas subjetividades, das suas vivências e de seus olhares situados a partir dos contextos sociais em que estão inseridos (idem, ibidem, 2016). Os novos estudos sociais da infância estão amparados na categoria de “criança atuante” (COHN, 2005), ou seja, “aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engata, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais” (COHN, 2005, p. 27-28). Ou seja, as crianças, além de reprodutores, também são produtores de cultura (PIRES, 2010).

Além de trazer a criança enquanto figura central, que não apenas reproduz, mas também produz culturas, relações sociais e papéis sociais, estudos como este podem também ser localizados dentro de esforços teóricos e epistemológicos de um processo de descolonização na pesquisa com crianças (ABRAMOVICZ; RODRIGUES, 2014), definido pelas autoras enquanto um processo que se dá no interior da possibilidade de se constituir maneiras singulares de produzir novas possibilidades de vida, de ser criança e de infâncias. As autoras ainda complementam:

Descolonizar é produzir uma possibilidade na qual é possível constituir experiências sociais e individuais singulares, que descentralizem sentidos, norma, estética, saúde, entre outros, dominantes, que se constituem para além do capital. (ABRAMOVICZ; RODRIGUES, 2014, p. 462).

É pensando a partir dessa ideia, de constituir experiências sociais, individuais e singulares e de um olhar situado a partir do contexto vivenciado, que ao falar de infâncias, estamos sempre nos referindo ao termo no plural. Assim, ilustram-se exatamente a diversidade e as especificidades dessas vivências e estados que vão definir que infância é aquela, em um exercício de destotalizar as experiências de infância (RIBEIRO, 2015). E essa concepção de infância que perpassa os sujeitos das pesquisas



não vai afetar apenas os fenômenos observados, mas também o modo como a análise antropológica é construída sobre qual infância é essa a que o estudo se reporta (COHN, 2013).

## A CASA DA ACOLHIDA: UM HÍBRIDO ENTRE RESIDÊNCIA E INSTITUIÇÃO

A unidade em que as crianças interlocutoras desta pesquisa estão atualmente acolhidas fica localizada na Grande João Pessoa, no estado da Paraíba<sup>1</sup>. A instituição é uma casa mista, que atende a crianças e adolescentes dos dois sexos e atualmente conta com trezes acolhidas/os, entre as idades de 3 a 16 anos, sendo sete meninas e seis meninos. Esse atendimento misto, como já observamos, vem das Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimentos de Crianças e Adolescentes (BRASÍLIA, 2009) que enfatiza a preservação dos vínculos familiares que esses sujeitos têm, pois “crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, não devem ser separados ao serem encaminhados para serviço de acolhimento, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesses ou se houver claro risco de violência” (BRASÍLIA, 2009, p. 25). Para atender a essa demanda, se faz necessário que a Casa<sup>2</sup> atenda crianças e adolescentes de várias idades e ambos os sexos.

A estrutura da Casa da Acolhida consegue responder bem a essa demanda; o terreno é amplo, tem um quintal lateral grande e uma área de serviço na parte de trás. A instituição é dividida em três imóveis. No administrativo, muito conhecido como “lá em cima”<sup>3</sup>, ficam a sala da diretora, o consultório da psicóloga e o escritório da assistente social. Por conta das escadas, que são o principal meio de entrada nessa parte,

---

<sup>1</sup> Devido aos acordos feitos com a coordenação da instituição e também com a Promotoria da Infância e Juventude para a realização da pesquisa, ficou decidido que a localização exata da Unidade de Acolhimento seria mantida em sigilo. Isto inclui o nome do município, visto que há apenas uma instituição de Acolhimento na cidade. Esses acordos também se estenderam à submissão no Comitê de Ética de Pesquisa da UFPB, sob o CAAE de nº 42989921.6.0000.5188.

<sup>2</sup> A fim de localizar o leitor na leitura do texto se faz necessária a seguinte explicação: sempre que a palavra “Casa” (com C maiúsculo) for citada no texto, me refiro à instituição, isso porque ela é conhecida como a “Casa da Acolhida”.

<sup>3</sup> É importante perceber o quão dúbio acaba se tornando o “lá em cima” dentro do contexto da instituição. Além de referir-se à posição que esse prédio ocupa na estrutura da Casa (sendo na parte de cima) ele também se refere à posição hierárquica das pessoas que ocupam esse espaço, visto que a diretoria e o corpo técnico se mostram as maiores figuras de poder dentro da Unidade.



o acesso a essa área administrativa da instituição é bem restrito; há ali uma grade que, na maioria das vezes em que eu vou à Casa, está fechada de cadeado. O segundo imóvel é a casa principal onde ficam a cozinha, uma sala e os dormitórios, tanto femininos quanto masculinos<sup>4</sup>. E o terceiro é onde ficam outros dormitórios e uma sala de estar.

A Casa aparenta ser uma residência na sua espacialização e pela disposição dos cômodos e materiais que há nos ambientes (TVs, sofás, mesas de centro, mesa de jantar, fogão, camas, etc.), porém, há certos apetrechos que acabam rompendo essa imagem de residência, como murais de avisos, placas informativas sobre quartos e banheiros de meninos e meninas, placas que restringem o acesso das crianças onde só é permitida a entrada de funcionários.<sup>5</sup> Esses utensílios acabam se mostrando enquanto uma intervenção do administrativo na vida privada (PRESTES, 2010). Essa característica híbrida de comunidade residencial e organização formal mostra muito a natureza institucional do local (GOFFMAN, 1974).

A Casa da Acolhida fica localizada na rua principal de um bairro residencial. Há alguns estabelecimentos comerciais próximos, mas em sua maioria a rua é composta por casas, principalmente residências com infraestrutura de classe média. Inclusive a Casa é uma dessas residências: de primeiro andar, tem um muro de cerâmica branca e um portão de alumínio de cor verde. Por ser localizada em um bairro residencial, à primeira vista ela é como qualquer outra casa da rua, não há identificações ou placas que alertem para o que funciona realmente na residência. Creio eu que esta não identificação tenha como objetivo a não estigmatização das crianças e adolescentes ali acolhidas, o que também está estipulado nas Orientações Técnicas (BRASÍLIA, 2009).

A Casa é gerida totalmente pela prefeitura. Apesar de existir, pela legislação, uma “municipalização” dos serviços de atendimento à criança e ao adolescente (BRASIL, 1990), a literatura antropológica, e principalmente as etnografias realizadas nesse contexto (PRESTES, 2010; SNIZEK, 2008; GAMA, 2018; BRANDÃO, 2019), mos-

---

<sup>4</sup> Essa estrutura organizacional sempre está passando por mudanças. Primeiro, o imóvel do meio era onde ficava os dormitórios masculinos; depois, passaram a ser ali os dormitórios femininos, porque as meninas eram maioria e o espaço era maior; depois, passou a ser ocupado tanto pelos meninos quanto pelas meninas, porque o terceiro imóvel se tornou a moradia de um adolescente autista que precisava de cuidados específicos devido à sua condição neuroatípica de grau 3.

<sup>5</sup> Principalmente a despensa, que fica localizada próxima à cozinha e onde a entrada de nenhum acolhido é permitida.



tram que em sua maioria essas instituições contavam apenas com algum apoio governamental, mas em geral eram geridas por organizações não governamentais e/ou religiosas. Esse aspecto da Casa, portanto, acaba lhe garantindo uma característica bem singular, que por consequência afeta o funcionamento da instituição.

Um dado bem marcante nesses órgãos da cidade que são geridos pela prefeitura é o da presença dos chamados prestadores de serviço. Uma consequência direta desse tipo de vínculo é a instabilidade do quadro de funcionários. Muitas vezes, eles trabalham na instituição por um determinado período de tempo que coincide com o mandato do prefeito ou do vereador. Um exemplo disso foi o meu primeiro contato com alguém do campo, que era a diretora da Casa na época. Quando eu tinha entrado em contato com ela pela primeira vez, porém, eu tinha sido informada que ela era a psicóloga da instituição; depois, entendi que ela realmente um dia tinha sido a psicóloga, mas havia pouco tempo tinha sido promovida a diretora.

Isso me leva a pensar o quanto essa instabilidade pode afetar a dinâmica da Casa e também as crianças e os adolescentes, que já vêm de um histórico de circulação entre casas, pessoas da família (FONSECA, 2006) e outros abrigos, e têm que lidar com essa rotatividade e essa circulação de pessoas que cuidam delas. Uma outra experiência dessa dinâmica eu tive quando entrei em contato por *WhatsApp* com Milene<sup>6</sup>, que era a diretora da instituição na época que iniciei a pesquisa de campo<sup>7</sup>, para marcar uma visita à Casa. Ela me sugeriu que eu esperasse uns dias, pois estava acontecendo a troca de gestão na prefeitura, e imperava uma incerteza sobre quem iria continuar a trabalhar na Casa. “Isso mexia demais com as crianças”, nas palavras dela. Um fato bem interessante é que, dias depois, quando eu entrei novamente em contato, soube que ela não era mais diretora da Casa, o que acarretou uma enorme mudança na rotina, nas normas da instituição, nas regras de convivência, e até mesmo na pesquisa<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Por motivos de preservação de identidades dos interlocutores e a pedido da instituição todos os nomes aqui apresentados são fictícios.

<sup>7</sup> No decorrer da pesquisa de campo, a instituição passou por três mudanças de diretoria e atualmente conta com Cassio e Paloma como coordenadores da Unidade.

<sup>8</sup> As mudanças referentes à própria pesquisa se mostraram em forma de entraves que a nova diretoria e a nova gestão acabaram apresentando, fazendo com que durante quase três meses eu fosse impedida de continuar a pesquisa *in loco*.



Essas características da instituição reverberam muito em questões metodológicas da pesquisa, que não se restringem apenas ao espaço físico (mesmo se neste artigo eu me limite a relatar as situações vividas dentro de campo e em momentos específicos de interações com as crianças). No tópico a seguir, me dedico de forma mais extensiva ao ponto central deste artigo: o *fazer* pesquisa com e sobre crianças acolhidas institucionalmente.

## SER 'A TIA DA PESQUISA': A ANTROPÓLOGA ADULTA EM CAMPO

Lembro-me muito bem da primeira vez em que eu fui à Casa e fui apresentada às crianças e aos adolescentes pela psicóloga. Recordo-me bem de que, antes de falar com as crianças, tive uma pequena reunião com a assistente social e a psicóloga da instituição, as únicas representantes da equipe técnica que estavam no momento. Logo após essa reunião, desci as escadas e fui até a sala de jantar onde estava a maioria das residentes da Casa, e naquele momento, com a psicóloga me apresentando, eu fui chamada por ela de “a moça da universidade”.

A cena está muito gravada na minha memória, ainda mais por ter sido o meu primeiro contato efetivo com as crianças, visto que até aquele momento eu só havia mantido contato via *WhatsApp* com a diretora da Casa. A maioria das crianças estava na sala de jantar junto com os educadores sociais; lembro bem que eles estavam pintando alguns desenhos impressos e ansiando pela *hora do celular*<sup>9</sup>. A psicóloga foi comigo até onde estavam todos, me apresentou como a moça da universidade e disse que eu estava ali para fazer uma pesquisa com as crianças da Casa. Naquele momento optei por não falar nada em relação à pesquisa, deixei as crianças conduzirem a conversa e apenas respondi quando elas me perguntavam meu nome, onde eu morava e comentavam sobre a cor do meu cabelo, que na época estava muito ruivo. Nada foi perguntado naquele momento às crianças, se elas queriam ou não fazer parte de um estudo; apenas foi informado a elas sobre a minha presença e o que eu estava fazendo ali.

---

<sup>9</sup> Uma das regras da Casa é sobre a limitação do uso do celular, com a permissão do uso por apenas duas horas por dia: uma hora pela manhã e outra pela tarde.



Apesar de naquele primeiro encontro não ter sido questionado se as crianças consentiam ou não com a minha presença ali na instituição, eu passei a pensar muito nas minhas próximas visitas sobre como eu abordaria as crianças para falar da pesquisa, explicar mais a elas sobre o que eu fazia, e claro, dar a elas o direito de querer ou não participar. E esse momento chegou, mas não foi como eu imaginei. Lembro que logo depois de poucos dias dessa minha primeira visita, as crianças já vieram me perguntar sobre a pesquisa e sobre a minha presença ali na instituição. Elas me perguntaram sobre o que era a universidade, o que eu fazia, por que eu as pesquisava e por que eu tinha as escolhido.

Mas até chegar esse momento em que elas vieram conversar comigo, eu passei por uma espécie de período probatório em campo, principalmente com as crianças mais velhas, que mantiveram distância nos primeiros dias, apenas me cumprimentando quando eu chegava na instituição, me ignorando o resto da tarde e/ou apenas me olhando de longe. Isso me lembrou muito o que Roy Wagner (2010) fala sobre uma certa resistência por parte dos interlocutores, como sendo um tipo de mecanismo de defesa para manter afastado aquele estranho em campo enquanto ele é avaliado. E eu passei por esse processo, durante o qual as crianças me examinaram de longe, detectando se eu era ou não alguém confiável.

Além de ser um mecanismo de defesa contra uma estranha que chega de uma hora para outra no ambiente que lhe é familiar, hoje eu percebo que esse distanciamento também pode ser encarado enquanto uma forma de agência por parte dessas meninas<sup>10</sup>. Isso porque, relembro o meu primeiro contato com elas, eu fui apresentada por alguém da instituição que representava uma figura de poder e que apenas as informou da minha presença e do motivo dela ali na instituição; essa pessoa não indagou se as meninas queriam ou não a minha presença ali. Porém, elas mostraram, do modo delas, através do distanciamento e do ato de me ignorar, que eu ainda não havia sido aceita por todas/os do grupo.

Esse período probatório variou muito de pessoa para pessoa, chegando a ser poucos dias com alguns e até quase um mês com outras. Portanto, além de ser a

---

<sup>10</sup> Nessa época do campo a Unidade de Acolhimento havia apenas residentes do sexo feminino, só meses depois foram acolhidos meninos. Porém, como as meninas ainda são a maioria, vou me referir às residentes sempre na forma feminina.



pessoa que analisa o espaço, eu também estava sendo analisada. Foi nesse processo e nas conversas que tive de forma isolada com as crianças que percebi que a concepção delas do motivo da minha presença ali ia se consolidando, e elas estavam reconhecendo que eu estava fazendo pesquisa. Eu tive a confirmação disso quando fui chamada por uma delas como a “tia que faz pesquisa com a gente”.

Esse episódio aconteceu em um dia em que as meninas receberam a visita de uma ex-funcionária da Casa. Ela havia ido levar alguns mantimentos de higiene para uma das residentes e aproveitou para rever as crianças de que ela cuidou quando trabalhava na instituição. Como eu estava ali, brincando com a Polly e a Manu, a ex-funcionária me perguntou se eu era a nova psicóloga da instituição. Antes mesmo que eu pudesse responder o que estava fazendo na Casa, a Emily, uma adolescente acolhida que estava junto, falou que eu estava ali fazendo uma pesquisa com elas, que eu era a “tia que faz pesquisa com a gente”. E desde então, assim eu sou conhecida por todas as crianças da Casa, como a “tia da pesquisa” – um enorme avanço, em comparação com “a moça da universidade” do início.

É interessante que esse reconhecimento tenha se alastrado dentro dos muros da instituição: até mesmo quando há troca de funcionários e eles perguntam qual a minha função na Casa, as crianças sempre respondem que eu faço pesquisa. Eu sempre necessito falar sobre o motivo da minha presença ali, ainda mais porque a instituição é um lugar muito dinâmico, em termos de idas e vindas. Estão sempre chegando e saindo crianças e funcionários, e sempre que aparece alguém novo, eu tenho novamente que passar por aquele momento de explicação do que é a pesquisa e o porquê de estar ali. Algumas vezes, as próprias crianças me ajudam a explicar para os novatos, como por exemplo no dia em que um novo residente me perguntou se eu já tinha morado na casa e se era por isso que eu ia para lá visitá-los. Com a gente, nesse momento, estavam mais duas crianças que já moravam na Casa há mais tempo, e quando eu expliquei sobre a pesquisa e o residente me perguntou como era, uma das meninas respondeu por mim, falando que eu ia lá, brincava e conversava<sup>11</sup> com eles.

---

<sup>11</sup> Todas as brincadeiras e a grande parte dos tópicos de conversa que eu tinha com as crianças eram sugeridas por elas. As brincadeiras eram em sua maioria de adedonha/stop ou dominó, e as conversas eram muito sobre o dia a dia delas, sobre as coisas que elas gostavam de fazer e sobre a minha vida. Todas as crianças e adolescentes demonstravam muita curiosidade em saber sobre mim, o que eu fazia, se era casada, se tinha filhos, porque estava ali, que tipo de música eu gostava, etc.



Essa relação que eu estabeleci com os interlocutores causou uma dualidade muito interessante do ponto de vista analítico e construtivo da pesquisa. Conforme já mencionei, por conta de alguns entraves por parte da secretária do município, passei dois meses e meio sem poder ir até a instituição, até que uma autorização via promotora do Ministério Público fosse expedida. Durante esse tempo em que fui impedida de frequentar a Casa, eu também recebi incentivos e pedidos de ir até a unidade, porém esses pedidos que iam contra as ordens das figuras de poder vinham das crianças. Ou seja, de um lado, o dos adultos, eu fui impedida de continuar as visitas, de outro, o das crianças, eu era incentivada e convidada a ir até a Casa. Elas sempre me perguntavam via *WhatsApp* – o único meio de contato com elas enquanto eu não podia frequentar o campo – quando eu iria vê-las, por que eu não ia naquela semana, etc.

Esses convites não se limitaram ao tempo em que eu não pude estar em campo. Quando eu retornei à instituição após a autorização da promotora, eram as crianças que me convidavam para as atividades festivas e os passeios que elas faziam, como as idas até a pracinha nova, as festas de aniversário, as festas de São João, etc. Elas sempre me incluíam nessas atividades singulares que a instituição proporcionava.

Então, depois de algumas semanas, eu havia passado do meu período probatório de aceitação pelas crianças naquele espaço com sucesso<sup>12</sup>. As crianças sabiam que eu estava ali fazendo pesquisa, mas eu ainda precisava romper uma outra barreira: a de ser uma adulta em um lugar onde ser adulto é sinônimo de vigiar e proibir. Uma unidade de acolhimento de crianças e adolescentes pode ser enquadrada enquanto uma instituição total nos termos de Goffman, enquanto um local de “um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo e que levam uma vida formalmente administrada” (1974, p. 11). Além disso, é um local onde relações de poder estão mui-

---

<sup>12</sup> Com as crianças menores, esse “período probatório” foi bem mais curto, pois elas estavam bem dispostas a conversar comigo e brincar – principalmente brincar. Já com as crianças mais velhas e as adolescentes (principalmente as adolescentes) esse período durou muito mais. Elas optaram por ficar mais afastadas de mim, e eu só consegui “vencer” essa barreira imposta por elas com algumas semanas de observação, as olhando de longe e percebendo o que mais chamava sua atenção. As primeiras conversas com as adolescentes tinham como principais tópicos as redes sociais e fotos, já que elas gastavam boa parte do seu “tempo do celular” para tirar *boomerangs* e fotos para o *Instagram*. Usei com as adolescentes o mesmo recurso de deixá-las conduzirem as nossas conversas, e foi a partir disso que percebi que estava trabalhando com dois grupos de idades diferentes, e que nem tudo que funcionava com um grupo iria funcionar com o outro.



to bem demarcadas: adultos mandam, vigiam e proíbem, e crianças acatam o que os adultos dizem.

O caminho percorrido até estabelecer uma relação de confiança com as crianças que rompesse essa barreira do adulto vigilante e proibidor foi marcado por momentos que expressaram muito da minha disponibilidade em escutar as crianças, brincar com elas e fazer as atividades que elas propunham. Pensando no que Pires (2007, p. 234) fala, eu acabei assumindo um papel de “adulta diferente”; não só uma adulta que interage e brinca com as crianças, mas uma adulta que gera o sentimento de confiança e que não as proíbe como os outros.

Eu brinquei com as crianças do que elas queriam, eu via o que elas queriam me mostrar, eu levei para instituição algumas das coisas que elas me pediam<sup>13</sup> e fui para o campo disposta a permitir que as crianças me mostrassem o caminho que eu iria seguir. Isso rendeu a esperada relação de confiança que eu tanto almejava; e as crianças começaram a me contar as coisas, a falar sobre a Casa, a comentar sobre desejos e técnicas de fuga, entre outros assuntos. Claro, a maioria dessas confissões vinha acompanhada por frases do tipo “mas tia, não conta para ninguém não”, em referência às outras crianças e aos funcionários. Observei até mesmo as expressões corporais, como o aproximar-se e o sussurrar da criança ao falar mal do plantão do dia, dizendo que preferia uma outra tia, no lugar da que estava trabalhando naquele dia. Era possível também que minha interlocutora esperasse que eu ficasse sozinha para se aproximar e me falar sobre o desejo de ir embora da instituição, sobre o fato de não gostar de tanta proibição e das pessoas dali. Essas quase confissões feitas pelas crianças agiram como uma espécie de segredo entre nós e atuavam como elos que estreitaram as nossas relações (SIMMEL, 1999).

Ser a *tia que faz pesquisa* se mostrou uma atividade que ultrapassou a simples ida até a instituição, o acompanhamento e a observação do dia a dia das crianças. Eu precisava ir disposta a participar das brincadeiras e deixar-me ser guiada pelas crianças, vendo aquilo que elas queriam me mostrar. O meu corpo em campo tinha que ser um corpo pronto para atividades físicas, para correr, para jogar bola, mas

---

<sup>13</sup> Esses pedidos das crianças iam de coisas mais simples, como folhas para desenho, até mesmo chocolate e esmalte para as unhas.



também tinha que ser um corpo preparado para passar horas sentada jogando jogos como adedonha<sup>14</sup> e assistindo à TV; ou até mesmo ficar escutando as discussões, reclamações, conflitos e relatos sobre as coisas mais comuns, como a comida daquele dia, ou sobre a professora de uma das disciplinas, que passava atividades demais. É necessário salientar que diante de tantas atividades físicas, o caderno de campo físico ficou de lado, visto que ele agia como um empecilho para eu participar das brincadeiras. Além disso, devido às minhas visitas limitadas pela pandemia de Covid-19<sup>15</sup>, eu optava por tentar apreciar melhor o pouco tempo vivido em campo. Eu vivenciava, sentia e memorizava tudo o que acontecia naquelas tardes, e só ao chegar em casa, eu passava tudo para um arquivo word no computador.

Além de todo o esforço e dessa disponibilidade da antropóloga parar brincar, correr, desenhar e fazer qualquer outra coisa que as crianças propuserem, fiz também o uso de técnicas muito conhecidas nos estudos da antropologia da infância, aliados à observação participante (BRANDÃO, 2007). A técnica do desenho (PIRES, 2007), por exemplo, está sendo utilizada de um modo bem curioso e até mesmo surpreendente para mim.

Essa técnica tem sido um recurso muito produtivo, principalmente aliado à observação participante, visto que a partir do olhar direcionado da criança, mostrado através do desenho, a antropóloga em campo também direciona seu olhar. Apesar de ainda não ter tido a possibilidade de aplicar a atividade de forma direcionada, solicitando das crianças desenhos temáticos e livres (PIRES, 2007), não posso deixar de lado o rendimento deste.

Desde os meus primeiros dias em campo sempre levei lápis de cor e folhas de papel A4, quase que esperando o momento que poderia pedir para as crianças desenharem; mas o pedido para desenhar não veio de mim, veio delas. Isso começou

---

<sup>14</sup> Adedonha ou Stop! É um jogo de conhecimentos gerais onde os principais materiais usados são lápis e papel. O jogo se inicia com os participantes escolhendo algumas categorias (ex.: nome, país, comida, etc.) e logo depois uma letra é sorteada. Com isso, os participantes precisam escrever no papel nomes correspondentes às categorias do jogo que se iniciem com a letra sorteada.

<sup>15</sup> Apesar deste não ser o foco deste artigo, é importante demarcar que é uma pesquisa em andamento, conforme já mencionado, ou seja, ela sofre impactos diretos da pandemia de Covid-19 que estamos vivenciando no momento. Apesar desta ser uma pesquisa que está acontecendo em seu maior tempo, de forma presencial, ela respeita todos os protocolos de biossegurança como o uso de máscara e álcool gel por parte da pesquisadora, além de claro trabalhar com outras questões éticas.

quando, um dia, eu tinha levado meu caderno de campo de tamanho grande, e a mais nova das crianças, que tinha 3 anos, viu esse caderno na minha bolsa e pediu para escrever nele. Dei a ela o caderno e coloquei nas últimas páginas, para ela poder riscar à vontade. E realmente, Polly fez muito isso. Por ter apenas 3 anos, ela ainda não era alfabetizada, e muito dos rabiscos feitos por ela eram em formatos de círculos e linhas. Mesmo assim, eu pedi para ela me explicar o que ela tinha desenhado, e ela me respondeu que tinha desenhado a si própria, e depois, que tinha me desenhado. Um funcionário que nos acompanhava pediu pra ela desenhar o pai e ela foi fazendo todos esses rabiscos ao modo dela, em formas de linhas e círculos.

Apesar de os desenhos da Polly não serem facilmente traduzidos, eles foram o ponto de partida para que o instrumento de coleta de dados dos desenhos fosse inserido em campo. Isso porque foi a partir dos rabiscos de Polly, ou mais precisamente das outras crianças vendo-a desenhar, que veio o pedido das outras residentes de desenharem também. Elas já faziam muito isso na Casa, pois em diversos momentos presenciei os educadores sociais pintando junto com as crianças alguns desenhos impressos. As crianças começaram a me pedir folhas, lápis de pintar, canetas, grafites e algumas até tomavam o meu caderno de campo para desenhar. Sendo assim, diversos desenhos foram feitos, alguns explicados e outros não, pois havia momentos que eu pedia para as crianças me explicarem sobre os significados dos seus desenhos (PIRES, 2007) e elas desconversam, ou simplesmente se negavam a fazê-lo. Porém, apesar da não explicação dos seus desenhos, era nítido que a atividade de desenhar era do agrado das crianças, principalmente porque eram elas que me pediam para fazer isso – e até mesmo pediam para que na minha próxima visita eu levasse os materiais de desenho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todas essas situações relatadas no artigo estão sendo analisadas com aportes teóricos, de modo que venham a construir a própria dissertação que será fruto deste estudo. Porém, apesar de não ser uma pesquisa totalmente concluída, muitas consi-





derações já se podem ser pensadas, principalmente a partir dessa vivência e do ato de pensar e problematizá-la.

A pesquisa *com e sobre* crianças acaba envolvendo muito mais do que o espaço, a antropóloga e as crianças. Ainda mais quando envolve o Estado com uma presença tão forte, como é no caso desta pesquisa, que se dá em uma instituição de acolhimento com ligação direta ao judiciário. Quando a pesquisa com crianças envolve o Estado, novos questionamentos e necessidades se entrelaçam a ela.

Para uma neófitas nas pesquisas com crianças, me deparar com questionamentos que vão além do apenas ir a campo está se tornando um aprendizado enorme. Pensar sobre esse corpo da antropóloga adulta – que busca representar alguém que não se enquadre nas imagens de um adulto que vigia e que proíbe, que participa ativamente e, mais do que isso, se mostra disposta a seguir aquilo que as crianças querem fazer – tem me levado a caminhos de análise antropológica, que, no mínimo, não eram esperados por mim quando eu pensei no projeto de pesquisa.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consetino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 461-474, abr./jun. 2014.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer o trabalho de campo. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2007.
- BRANDÃO, Fernanda Sattva de Espindola. **Chegar, ficar e (talvez) sair**: etnografia de jovens adolescentes institucionalizadas de um abrigo em João Pessoa/PB. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFPB, João Pessoa, 2019.
- BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**: dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
- BRASILIA. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2009.
- COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, mai./ago. 2013.
- COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- COUTINHO, Angela Scalabrin. Os novos estudos sociais da infância e a pesquisa com crianças bem pequenas. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 762-773, set./dez. 2016.
- CRUZ, Lilian Rodrigues da. **(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância**: implicações da abrigagem. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2006.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FONSECA, Claudia. **Os caminhos da adoção**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, maio 1999.
- FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (org.). **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- FONSECA, Claudia; ALLEBRANDT, Débora; AHLERT, Martina. Pensando políticas para uma realidade que não deveria existir: 'egressos' do sistema de abrigos. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Org.). **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GAMA, Pedro Gabriel Ferraz. **Casa de Acolhida**: sobre a experiência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1974.
- MARCHI, Rita de Cássia; SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 141, p.



951-964, out./dez. 2017.

PEIXOTO, Luciana Alencar. **Sentidos sobre o processo de saída de adolescentes de uma instituição de acolhimento.** 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, UFAM, Manaus, 2011.

PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, 2007.

PRESTES, Andréia Baia. **Ao Abrigo da família:** emoções, cotidiano e relações em instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFPR, Curitiba, 2010.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de “crianças e adolescentes” em contextos da “proteção à infância”. **Política & Trabalho**, João Pessoa, p. 49-64, n. 43, jul./dez. 2015.

SIMMEL, Georg. O Segredo. **Política & Trabalho**, João Pessoa, ano 15, n. 15, p. 221-226, set. 1999.

SNIZEK, Barbara Kiechaloski. **Chegadas e partidas:** um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares. 2008. 196f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFPR, Curitiba, 2008.

VALENTE, Jane. **Família acolhedora:** as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2013.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Recebido em: 30/06/2021

Aceito para publicação em: 13/12/2021

